6 — O preço de oferta franco-fronteira é estabelecido em função das possibilidades de compra mais representativas, tendo em conta a qualidade e quantidade dos produtos, podendo ser diferenciado sempre que os níveis de preços os justifiquem, consoante se trate de produtos provenientes da Comunidade Económica Europeia, na sua composição anterior a 1 de Janeiro de 1986, ou de Espanha.

7 — A consideração do preço de oferta franco-fronteira para os efeitos previstos no n.º 5 deste artigo está subordinada a um processo de consulta prévia à Comissão das Comunidades Europeias.

8 — O montante do direito nivelador efectivamente aplicado tem em conta o princípio da preferência comunitária e diverge do direito nivelador de base de acordo com as flutuações dos preços de mercado em relação ao preço de orientação.

9 — O direito nivelador a aplicar aos produtos referidos na alínea a) do artigo 1.º deste diploma provenientes de países terceiros será idêntico ao fixado pela regulamentação comunitária para as importações provenientes de países terceiros, podendo, se for caso disso, ser aumentado da diferença existente entre o preço de orientação português e o preço de orientação comunitário.

10 — O direito nivelador é calculado para uma qualidade representativa e forma de apresentação, sendo ajustado para cada um dos restantes produtos das posições pautais compreendidas na mesma alínea a) do artigo 1.º mediante a aplicação de coeficientes técnicos de rendimento que produzam a sua valorização relativa.

11 — Poderão ser aplicadas restrições quantitativas à importação de reprodutores das raças puras da espécie bovina que não constem da lista das raças autorizadas em Portugal, conforme o disposto no artigo 343.º do Acto de Adesão.

12 — Poderão ser atribuídas restituições à exportação em condições a regulamentar por portaria conjunta dos ministros com competência nas áreas das finanças, da agricultura, do comércio e da concorrência, de acordo com o Acto de Adesão, designadamente do seu artigo 241.º, quando se trate de exportações para a Comunidade, e do seu artigo 283.º, quando se trate de exportações para países terceiros.

Artigo 11.º

(Mecanismos especiais)

Poderão ser aplicadas medidas de salvaguarda aos produtos abrangidos pela presente organização de mercado nas condições e com base em critérios comparáveis aos existentes na organização comum de mercado da carne de bovino, conforme o disposto nos artigos 274.º e 281.º do Acto de Adesão.

Artigo 12.º

(Competências)

A Junta Nacional dos Productos Pecuários, ou ao organismo que vier a integrar as suas funções, compete zelar pelo cumprimento das obrigações decorrentes do presente diploma, sem prejuízo do exercício das competências já atribuídas sobre matérias específicas que respeitem ao funcionamento do mercado de carne de bovino, com a participação, a título consultivo, da Comissão Consultiva do Mercado da Carne de Bovino.

Artigo 13.º

(Aplicação às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores)

A aplicação deste diploma às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores será feita tendo em consideração as particularidades destas Regiões, nomeadamente do ponto de vista da sua organização político-administrativa, sem prejuízo do disposto no Acto de Adesão.

Artigo 14.º

(Disposição final e revogatória)

1 — A organização do mercado prevista neste diploma é aplicável até ao final da primeira etapa do período transitório.

2 — Os produtos a que se referem as posições pautais constantes do artigo 1.º deste diploma são suprimidos do anexo 1 ao Decreto-Lei n.º 115-G/85, de 18 de Abril, a partir de 1 de Março de 1986.


Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO Eanes.


O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

Decreto-Lei n.º 516/85
de 31 de Dezembro

Considerando que a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia implica para o sector da carne de suínos um profundo esforço de aproximação e compatibilização das regras directamente respetantes à organização e funcionamento do mercado nacionais com as regras que regem o mercado comunitário;

Considerando que para o sector da carne de suínos este esforço já se tem vindo a desenvolver através da publicação de legislação que visa organizar gradualmente o mercado de acordo com as regras e disciplinas em vigor no âmbito da Comunidade Económica Europeia;

Considerando que importa agora ajustar este corpo legislativo ao disposto no Acto Relativo à Adesão do Reino de Espanha e da República Portuguesa às Comunidades Europeias sem que, contudo, tal ajustamento se reduza à observância das regras e disciplinas
comunitárias, mas vise também a modernização e o desenvolvimento do sector agrícola nacional;

Considerando-se, para esse efeito, conveniente que a aplicação das medidas directamente decorrentes da adesão decorra de forma gradual, para permitir uma progressiva e harmoniosa abertura da economia nacional aos mercados europeus;

Considerando a necessidade da responsabilização das organizações representativas do sector através de uma participação regular institucionalizada;

Considerando ainda o disposto no Acto de Adesão no que respeita à primeira etapa do regime de transição por etapas previsto para o sector da carne de suíno e, em particular, o regime de importação entre Portugal e a Comunidade, conforme resulta do seu artigo 270.º, e entre Portugal e países terceiros, conforme resulta do seu artigo 277.º;

Considerando, finalmente, conveniente que, na construção do quadro organizacional agora previsto, sejam mantidas algumas das actuais regras de funcionamento deste mercado, designadamente das que prosseguem objectivos comuns aos agora fixados e que são compatíveis com o Acto de Adesão;

Ouvidos os Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e no uso da autorização conferida pela alínea f) do artigo 30.º da Lei n.º 2-B/85, de 21 de Fevereiro, o Governo decreta, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

(Ambito de aplicação)

A organização do mercado para o sector da carne de suíno a que se refere o presente diploma abrange os seguintes produtos:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Número da Pauta</th>
<th>Designação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>01.03, A. II</td>
<td>Gado suíno, das espécies domésticas, à exceção dos reprodutores de raças puras.</td>
</tr>
<tr>
<td>02.01, A, III, a</td>
<td>Carnes da espécie suína doméstica, frescas, refrigeradas ou congeladas.</td>
</tr>
<tr>
<td>02.01, B, II, c)</td>
<td>Miudezas da espécie suína doméstica, frescas ou refrigeradas ou congeladas.</td>
</tr>
<tr>
<td>02.05, A e B</td>
<td>Toucinho sem partes magras (não emprestado) e gordura de porco não obtidas por expressão, nem fundidas, nem obtidas por meio de solventes, frescos, refrigerados, congelados, salgados ou em salmoura, secos ou fumados.</td>
</tr>
<tr>
<td>02.06, B</td>
<td>Carnes e miudezas, comestíveis, da espécie suína doméstica, salgadas ou em salmoura, secas ou fumadas.</td>
</tr>
<tr>
<td>15.01, A</td>
<td>Banha e outras gorduras de porco, obtidas por expressão, por fusão ou pela acção de solventes.</td>
</tr>
<tr>
<td>16.01</td>
<td>Salisílicas, choruiços e outros enchidos de carne, de miudezas ou de sangue.</td>
</tr>
<tr>
<td>16.02, A. II</td>
<td>Outros preparados e conservas de carne ou de miudezas contendo fígado, à exceção de fígado de ganso ou de pato.</td>
</tr>
<tr>
<td>16.02, B, III, a</td>
<td>Outros preparados e conservas de carne ou de miudezas, não especificados, que contenham carne ou miudezas da espécie suína doméstica.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Artigo 2.º

(Direito aplicável)

Os mercados abrangidos por este diploma regem-se pelo Acto de Adesão, pelo presente diploma e pela legislação específica nacional em vigor.

Artigo 3.º

(Objectivos)

A organização do mercado agora criada visa proporcionar uma transição equilibrada no âmbito do processo de integração e, observando o disposto no artigo 324.º do Acto de Adesão, tem por objectivos específicos, de entre outros, os seguintes:

a) Promover a abertura do mercado nacional ao mercado comunitário de uma forma progressiva, que garanta o equilíbrio a nível interno;

b) Disciplinar, organizar e normalizar o mercado de acordo com os princípios e mecanismos de funcionamento do correspondente mercado comunitário;

c) Aproximar os preços nacionais aos preços comunitários;

d) Sustentar os preços à produção;

e) Fomentar a competitividade dos produtos nacionais;

f) Adequar a oferta às condições da procura;

g) Incentivar a participação das organizações profissionais representativas do sector na gestão do mercado.

Artigo 4.º

(Meios)

Para a prossecução dos objectivos referidos no artigo anterior são utilizados os seguintes mecanismos:

a) Regime de preços;

b) Regime de intervenção;

c) Grelha de classificação de carcaças;

d) Mercados representativos para a recolha de cotações;

e) Regime de importações e exportações;

f) Mecanismos especiais.

Artigo 5.º

(Regime de preços)

1 — São fixados um preço de base e um preço de compra, a vigorar durante a campanha de comercialização, para as carnes da espécie suína doméstica, apresentadas sob a forma de carcaças ou meias-carcasças, adiantando denominadas «porco abatido».

2 — O preço base é fixado tendo em conta o preço mínimo de importação e o direito nivelador aplicáveis, bem como as perspectivas de desenvolvimento da pro-
dução e do consumo, de forma a assegurar a estabilização dos preços no mercado e a evitar quer excedentes estruturais quer preços especulativos aos consumidores.

3 — O preço de compra corresponde ao preço a que o organismo de intervenção comprará os produtos do sector ao intervir no mercado e o seu nível deverá corresponder ao valor mínimo a atingir pelos preços de mercado, de forma a assegurar rendimentos aceitáveis à produção sem, contudo, provocar carências estruturais.

4 — O preço de base e o preço de compra são fixados para uma qualidade representativa definida de acordo com a grelha nacional de classificação de carcaças.

5 — A campanha de comercialização tem início no dia 1 de Novembro de cada ano e termina no dia 31 de Outubro do ano seguinte.

6 — O preço de base e o preço de compra são fixados por portaria conjunta dos ministros com competências nas áreas da agricultura, do comércio, da concorrência e dos preços, até 30 dias antes do início da campanha de comercialização.

Artigo 6.º

(Regime de intervenção)

1 — As medidas de intervenção a aplicar ao sector visam evitar ou atenuar uma baixa inaceitável dos preços de mercado e poderão assumir as seguintes formas:

a) Compras efectuadas pelo organismo de intervenção;

b) Ajudas estatais à armazenagem privada.

2 — As medidas de intervenção previstas no número anterior poderão ser aplicadas quer a animais vivos quer a carnes e miudezas frescas e refrigeradas apresentadas sob a forma de carcaças, meias-carcaças, partes de carcaças e peças.

3 — As condições de aplicação das medidas referidas na alínea a) do n.º 1 deste artigo serão definidas por portaria conjunta dos ministros com competência nas áreas das finanças, da agricultura e do comércio.

4 — Sempre que a evolução dos preços de mercado tender para o nível do preço de compra com um caráter de permanência, o organismo de intervenção poderá desencadear, mediante aviso publicado na 3.ª série do Diário da República, o processo de compra previsto na alínea a) do n.º 1 deste artigo.

5 — O escoamento dos produtos comprados pelo organismo de intervenção ao abrigo do disposto no número anterior deverá ser efectuado de forma a evitar perturbações no mercado interno, assegurando a igualdade de tratamento dos compradores.

6 — Sempre que as condições de mercado o aconselhem, poderão ser concedidas as ajudas estatais à armazenagem privada previstas na alínea b) do n.º 1 deste artigo, nos termos a regulamentar por portaria dos ministros com competência nas áreas das finanças, da agricultura e do comércio.
lamentação comunitária para as importações provenientes de países terceiros, aumentados, caso se justifique, da diferença existente entre os preços aplicáveis em Portugal e os preços comunitários.

8 — O direito nivelação e, sendo caso disso, o montante suplementar calculado para uma qualidade representativa de porco abatido, nos termos do disposto nos n.os 5, 6 e 7 deste artigo, serão ajustados para cada uma das restantes posições pautais compreendidas no artigo 1.º deste diploma mediante a aplicação de coeficientes técnicos de rendimento que traduzem a sua valorização relativa.

9 — Será concedida uma restituição à exportação em condições a regulamentar por portaria conjunta dos ministros com competência nas áreas das finanças, da agricultura, do comércio e da concorrência, de acordo com o Acto de Adesão, designadamente o seu ticulo 271.º, quando se trate de exportações para a Comunidade, e o seu artigo 285.º, quando se trate de exportações para países terceiros.

10 — Poderão ser aplicadas restrições quantitativas aos produtos abrangidos pelo presente diploma visitados nos anexos XXIII e XXVI do Acto de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e que constam do mapa anexo, de acordo com as disposições da regulamentação comunitária.

Artigo 10.º

(Mecanismos especiais)

Poderão ser aplicadas medidas de salvaguarda aos produtos abrangidos pelo presente diploma nas condições e com base em critérios comparáveis aos existentes na organização comum do mercado de carne de porco, conforme o disposto nos artigos 274.º e 281.º do Acto de Adesão.

Artigo 11.º

(Competências)

A Junta Nacional dos Produtos Pecuários, ou ao organismo que vier a integrar as suas atuais funções, compete zelar pelo cumprimento das obrigações decorrentes do presente diploma, sem prejuízo do exercício das competências já atribuídas pela legislação em vigor sobre matérias específicas que respeitam ao funcionamento do mercado em causa e com a participação, a título consultivo, da Comissão Consultiva do Mercado da Carne de Suíno.

Artigo 12.º

(Aplicação às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores)

A aplicação deste diploma às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores será feita tendo em consideração as particularidades destas Regiões, nomeadamente do ponto de vista da sua organização político-administrativa, sem prejuízo do disposto no Acto de Adesão.

Artigo 13.º

(Disposições finais e revogatórias)

1 — A organização do mercado prevista neste diploma é aplicável até ao final da primeira etapa do período transitório.

2 — Os produtos a que se referem as posições pautais constantes do artigo 1.º deste diploma são suprimidos do anexo 1 do Decreto-Lei n.º 115-G/85, de 18 de Abril, a partir de 1 de Março de 1986.

Artigo 14.º

(Entrada em vigor)

Este diploma entra em vigor a 31 de Dezembro de 1985.


Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO Eanes.


O Primeiro-Ministro, António Téotónio Cavaco Silva.

Mapa anexo a que se refere o n.º 10 do artigo 9.º

<table>
<thead>
<tr>
<th>Número da Pauta</th>
<th>Designação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>01.03, A</td>
<td>Gado suíno das espécies domésticas</td>
</tr>
<tr>
<td>02.01, A, III, a</td>
<td>Carnes de suíno das espécies domésticas, frescas ou refrigeradas e congeladas</td>
</tr>
<tr>
<td>02.01, B, II, c</td>
<td>Miudezas de suíno das espécies domésticas, frescas ou refrigeradas e congeladas</td>
</tr>
<tr>
<td>15.01</td>
<td>Banha e outras gorduras de porco e de aves de capoeira obtidas por pressão, por fusão ou pela acção de solventes:</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A. Banha e outras gorduras de porco:</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II. Outras.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Decreto-Lei n.º 517/85
de 31 de Dezembro

Considerando que a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia implica, em relação à viticultura, profundo esforço de aproximação e compatibilização, não só das regras respeitantes directamente à organização e funcionamento do mercado nacional com as regras que regem o respectivo mercado comunitário, mas também do conjunto da regulamentação específica aplicável a todo o sector, desde a plantação da vinha até à classificação, designações, características e apresentação dos seus produtos ao consumidor.